

Fernanda Almeida/Secretaria de Comunicação



Recenseadores visitarão cerca de 58 milhões de domicílios

IBGE começa a traçar o retrato do país em agosto

A logística de coleta e análise das informações a serem recolhidas em todo o território nacional será

apresentada amanhã por Eduardo Nunes, presidente do instituto, à Comissão de Assuntos Econômicos. **3**

Senadores elogiam decisão do TSE sobre Ficha Limpa

Pedro Simon e Francisco Dornelles aplaudem entendimento do Tribunal Superior Eleitoral de que Ficha Limpa impedirá, já nas eleições deste ano, o registro de candidatos condenados por órgão colegiado da Justiça antes da sanção da lei. "Terminou a impunidade no Brasil", comemorou Simon. **4**



Nelsonjr/ASICS/TSE

Ministro do TSE Arnaldo Versiani (em primeiro plano) emite voto a favor do amplo alcance da Lei da Ficha Limpa

Parte dos lucros da Caixa para casas populares

Projeto prevê que metade dos dividendos que cabem ao Tesouro seja repassada ao Fundo de Habitação de Interesse Social. **3**

Pauta pode ser aberta para criação da Petro-Sal

Se o governo retirar a urgência para o exame do regime de exploração do pré-sal, Plenário pode decidir sobre empresa. **4**

Fim do exame da OAB continua gerando polêmica

Maioria dos internautas que participaram de enquete do Senado é contra a prova. Senadores continuam divididos. **3**

José Sarney lamenta morte do escritor José Saramago

O presidente do Senado, José Sarney, lamentou na sexta-feira a morte do escritor português José Saramago, ocorrida na manhã do mesmo dia em uma ilha espanhola, onde residia. Em nota oficial, Sarney diz que José Saramago "tornou-se um personagem mitológico, um centauro que dividia a literatura com a política". **2**

Agência/Embrapa/Imagem



Os 139 anos da chegada dos italianos ao Brasil

Sessão solene às 10h de hoje no Plenário do Senado lembra a contribuição de italianos e seus descendentes para o desenvolvimento do país. **2**

Imagem de 1907 registra desembarque de imigrantes: italianos fizeram do Brasil sua segunda pátria

A contribuição de italianos e descendentes para o país será lembrada hoje pelo Congresso Nacional, em sessão solene marcada para as 10h, no Plenário do Senado

Comemoração dos 139 anos da imigração italiana no Brasil

OS DESAFIOS ENFRENTADOS pelos italianos que escolheram o Brasil como segunda pátria e as realizações desses imigrantes em solo brasileiro serão lembrados hoje em sessão solene do Congresso, em comemoração aos 139 anos da imigração italiana no Brasil e aos 135 anos da colonização italiana no Rio Grande do Sul. A sessão será realizada às 10h, no Plenário do Senado.

Em 1871, com a Lei do Ventre Livre e o agravamento da crise de mão de obra nas fazendas de café, o Brasil adotou estímulos à chamada imigração subvencionada – concessão de auxílio em dinheiro às famílias italianas para despesas da viagem ao Brasil e de instalação no país.

Tal subvenção ocorreu até 1930 e foi, inicialmente, uma iniciativa dos fazendeiros. Posteriormente, ficou a cargo dos governos provinciais e imperial e, após 1889, passou para os governos estaduais e federal.

O período mais intenso da imigração italiana foi entre 1880 e 1930. Nesses 50 anos, os italianos, como os demais imigrantes europeus, deixavam seu país principalmente por dificuldades de emprego, resultado de transformações na Europa que afetaram, sobretudo, o acesso à terra. A chegada dos italianos ao Brasil começou no mesmo ano da unificação da Itália, em 1871, após 20 anos de lutas naquele país. Boa parte da população italiana, particularmente aquela mais pobre, que vivia no meio rural, enfrentava dificuldades de sobrevivência.

Nessas condições, a emigração foi motivada não apenas por estímulos dos governos do Brasil e da Itália, mas também pela necessidade das famílias de buscar melhores condições de vida. Essa combinação de fatores explica a saída de cerca de 7 milhões de italianos, somente no período entre 1860 e 1920, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Atualmente, conforme a embaixada da Itália no Brasil, existem no país cerca de 25 milhões de descendentes de imigrantes italianos, espalhados pelos esta-

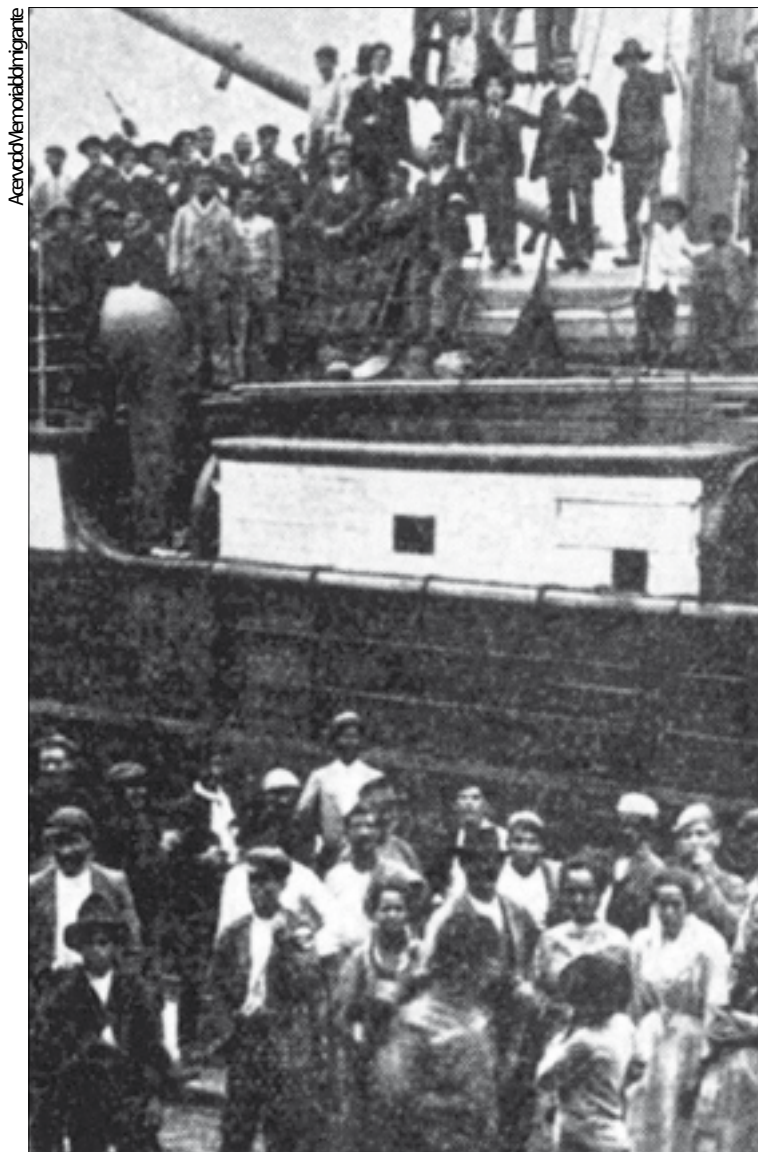
dos do Sul e do Sudeste, em sua maioria, principalmente em São Paulo, onde vive quase metade dessa população.

Já o site Itália Nossa, portal da comunidade italo-brasileira, informa que vivem no país 23,5 milhões de italianos e descendentes de imigrantes italianos, sendo que 9,9 milhões estão no estado de São Paulo. Em seguida, vem o Paraná, com 3,7 milhões de italianos e descendentes; Santa Catarina, com 2,7 milhões; e Rio Grande do Sul, com 2,1 milhões, estando os demais descendentes distribuídos pelos outros estados da Região Sudeste e nas demais regiões do país. O portal registra também que a maioria dos imigrantes partiu das regiões do Vêneto, da Campânia e da Calábria.

Apesar de a maior parte dos

italianos e seus descendentes estar em São Paulo, foi no Rio Grande do Sul onde teve início a formação das colônias de imigrantes italianos. Esses imigrantes começaram a trabalhar naquele estado como pequenos agricultores, tendo chegado depois dos colonos alemães.

No Sudeste, particularmente em São Paulo, eram as fazendas de café que atraíam os imigrantes italianos, recrutados para trabalhar nos cafezais. As regras previstas eram frequentemente descumpridas, expondo os imigrantes a situações de semiescravidão nas fazendas de café. Em resposta, muitos deixaram o campo e se instalaram nos centros urbanos, contribuindo para o desenvolvimento do comércio e da indústria em ascensão na época.



Desembarque de imigrantes italianos, no Porto de Santos, em 1907

Sarney lamenta morte do escritor José Saramago

O presidente do Senado, José Sarney, lamentou a morte do escritor português José Saramago, ocorrida na sexta-feira na ilha espanhola de Lanzarote, onde morava. Em nota oficial, Sarney, membro da Academia Brasileira de Letras, diz que "Saramago tornou-se um personagem mitológico, um centauro que dividia a literatura com a política, sempre em posições críticas sobre a sociedade atual".

"Marca indelével"

A perda de um escritor do porte de José Saramago abre um espaço na literatura de língua portuguesa. Autor de estilo difícil e provocador, trabalhava seus personagens sempre com características psicológicas.

Quando foi escolhido Nobel, achei que tinham preferido Jorge Amado, maior do que ele. Mas Saramago tornou-se um personagem mitológico, um centauro que dividia a literatura com a política, sempre em posições críticas sobre a sociedade atual.

Tínhamos uma convivência estreita e carinhosa. Mas ele me conquistou definitivamente quando visitou o Maranhão, em 1989, e deslumbrou-se com a arquitetura colonial portuguesa de São Luís. Ao olhar as ruínas de Alcântara, disse que aquele era o lugar ideal para se passar os últimos dias da vida. Tive a honra de ser escolhido para saudá-lo quando, em 1997, recebeu o título de Doutor *honoris causa* da Universidade de Brasília.

Saramago morreu no ápice de sua produção literária. Prova disso é o seu último livro, intitulado "Caim", onde repete a temática exuberante e uma jovialidade que enganava a idade cronológica. Deixa marca indelével.

José Sarney

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Imigração italiana no Brasil

10h Sessão solene do Congresso comemora os 139 anos da imigração italiana no país e os 135 anos da colonização italiana no Rio Grande do Sul.



Terça-feira

CAS Registro na carteira de trabalho

9h Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e da Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência para debater o registro em carteira de trabalho da pessoa com deficiência, na sua condição de dependente, junto ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), para efeito do direito, especialmente do deficiente com possibilidade de interdição, à pensão por morte.

CRA Crise na cacauicultura

9h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária discute os problemas do setor cacauero nos estados do Pará e do Espírito Santo bem como a evolução das ações e resultados do chamado PAC do Cacau. Foram convidados, entre outros, o superintendente da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira no Pará, Raymundo da Silva Mello Júnior e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira (PA), José Aparecido dos Santos.

CAE Censo demográfico

10h A Comissão de Assuntos Econômicos examina dois projetos que instituem benefício fiscal a empresas que contratarem trabalhadores jovens, com idade entre 18 e 24 anos, ou com mais de 50 anos. Outro projeto determina o rateio dos recursos oriundos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT).

CE Impacto de políticas de ação afirmativa

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte analisa projeto que exige formação de nível superior para os professores da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio). Em seguida, às 14h30, a comissão debate o impacto das políticas norte-americanas de ação afirmativa no ensino superior.

CMA Três decisões finais

11h30 Três projetos têm decisão terminativa na comissão: o que prevê a criação de um cadastro geral de obras inacabadas; o que obriga a oferta de meia-entrada também na internet, na venda de ingressos para apresentações culturais; e o que obriga as operadoras de telefonia fixa comutada a divulgar a legislação de defesa do consumidor nas listas telefônicas.

Quarta-feira

CCT Competência da Anatel

8h30 A comissão analisa substitutivo a projeto que trata da competência da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para arrecadar e aplicar sanções administrativas. O projeto trata do regime legal do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações quanto à arrecadação da contribuição devida por empresas prestadoras de serviços de telecomunicações.

CCJ Internet e invasão de privacidade

9h A comissão debate o problema da invasão da privacidade na internet. Foram convidados o ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto; os presidentes da Anatel, Ronaldo Sardenberg; da Oi, Luiz Eduardo Falco; do UOL, Luiz Frias; e do portal Terra, Paulo Castro. Logo após, senadores examinam três indicações presidenciais para o Tribunal Superior do Trabalho e o Superior Tribunal Militar.

CDR Dispensa de contrapartida

9h30 Reunião na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para deliberar sobre quatro itens. Um deles (PLS 331/06) autoriza a União a reduzir ou até mesmo dispensar a contrapartida financeira nas transferências destinadas a programas habitacionais de interesse social em municípios com menos de 25 mil habitantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

MST Quebra de sigilo

14h A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do MST analisa requerimentos. O primeiro em pauta requer a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Instituto de Orientação Comunitária e Assistência Rural (Inocar).

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Para o 12º Censo Demográfico Brasileiro, o instituto deve mobilizar cerca de 240 mil pessoas na coleta de informações em 58 milhões de domicílios

IBGE explica no Senado como vai retratar o Brasil

POR SUGESTÃO DO senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza amanhã audiência pública para discutir o 12º Censo Demográfico Brasileiro. O presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Eduardo Pereira Nunes, deverá expor aos senadores a extensão e a profundidade do trabalho a ser realizado, as características socioeconômicas buscadas e as perspectivas oriundas da pesquisa.

O planejamento do censo começou em 2007 e entra em fase de ajustes finais neste e nos próximos meses. O treinamento das equipes de coleta de dados, iniciado em março, deve terminar em julho. Em 1º de agosto, começa a coleta de informações, que se dará pelo período de quatro meses. A divulgação dos primeiros resultados está prevista para dezembro.

O censo deve ser aplicado

em todos os 5.565 municípios brasileiros, com visita a aproximadamente 58 milhões de domicílios. Para chegar a tanta gente, o IBGE mobilizará um exército de cerca de 240 mil pessoas nas atividades de coleta de informações, supervisão e apoio. O orçamento previsto é de R\$ 1,4 bilhão.

Análise dos dados

Para manusear as informações, o IBGE dispõe de um arsenal tecnológico composto de centenas de computadores em rede nacional, rede de comunicação em banda larga e 220 mil equipamentos de mão com receptores de GPS.

O produto final deve ser um grande retrato em extensão e profundidade da população brasileira e de suas características socioeconômicas. Sobre esse retrato, deverá se assentar todo o planejamento público e privado da próxima década.



Suplicy (D) sugeriu audiência sobre o censo, que terá 240 mil recenseadores

Internautas se manifestam pelo fim do exame da OAB

Requisito para ingresso nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e, em consequência, para o próprio exercício da advocacia, o exame de proficiência aplicado pela entidade aos bacharéis em Direito rende polêmica desde a abertura de enquete na página do Senado sobre projeto (PLS 186/06) que determina sua eliminação. Com 18 dias de consulta, mais de 49 mil internautas já haviam se manifestado sobre o projeto, com 87,5% das opiniões pelo fim da prova.

Sem expressar rigorosamente a opinião de toda a população, pois para isso seria necessária pesquisa com padrões de amostragem com valor estatístico, a enquete vem revelando apoio a uma ideia que está longe de ser

unânime entre os senadores. Na Casa, há quem defenda o exame, outros que preferem aperfeiçoamentos no seu formato e ainda os que propõem exames de capacitação para todas as profissões de nível superior, mas atribuindo a liderança do processo ao governo federal.

Autor do projeto que prevê o fim do exame da OAB, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) questiona a ausência de isonomia expressa na exigência, já que nenhuma outra profissão requer prévia aprovação em exame.

O projeto foi anexado a outro (PLS 43/09), do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), que transfere à União o papel de instituir critérios de avaliação de cursos em provas de proficiência profissional.



Valter Pereira afirma que exame pode ser aplicado durante curso

acompanhamento da qualidade do ensino jurídico brasileiro. O senador afirma que o exame pode ser aplicado ao longo do curso de Direito, por etapas, ao final de cada ano letivo.

Para Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), a prova não pode ser substituída, sem prejuízo, pelos mecanismos de seleção do próprio mercado.

Senador defende manutenção da prova da Ordem

Em defesa do exame, o senador Valter Pereira (PMDB-MS) afirma que a liberdade do cliente, "seu maior patrimônio", ou mesmo bens materiais cruciais para o indivíduo, dependem da habilidade do profissional que o defende.

— Quando o advogado bota a placa na porta do escritório, a pessoa que por ali passa imagina que se trata de um profissional habilitado e em condições de defender seus interesses. Se o advogado não é preparado, a pessoa acaba perdendo o processo, embora a lei esteja do seu lado — justifica.

Valter Pereira defende, no entanto, aperfeiçoamentos no exame, para que venha a servir como mecanismo de

Projeto destina parte do lucro da Caixa a habitação

O Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FHIS) pode ser reforçado com parte dos lucros da Caixa Econômica Federal que são repassados anualmente ao Tesouro Nacional, como retorno do capital da União. Projeto com essa finalidade (PLS 2/06), do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), encabeça a lista de matérias que serão examinadas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) amanhã.

Pelo texto, metade dos dividendos que cabem ao Tesouro devem ser repassados ao fundo, que financia programas na esfera do Sistema Nacional da Habitação de Interesse Social por valores subsidiados, desde a construção até a aquisição final de moradias populares, além de lotes urbanizados. O relator da proposta, Marcelo Crivella (PRB-RJ), sugere que a parte dos lucros em favor do FHIS seja apenas de um terço do que couber à União. Ele também aproveitou para fixar que essa



Cristovam propõe repasse de 50% para a construção de casas populares

repartição comece a vigorar a partir do exercício de 2011.

Cristovam argumenta que as atuais fontes de recursos do fundo são insuficientes para atender a demanda por habitação popular de baixa renda, onde se concentra 80% do déficit ha-

bitacional do país. Apenas nas áreas urbanas, afirma o senador, esse déficit seria ao redor de 5,5 milhões de moradias.

O senador observa ainda que, em suas operações como banco comercial, a Caixa produz excelentes resultados financeiros. Por isso, ele considera justo destinar uma parcela dos lucros à população de baixa renda.

Na análise, Crivella diz que as receitas da União derivadas dos lucros das empresas estatais entram para o superávit primário — a reserva orçamentária destinada ao pagamento dos juros da dívida pública. Na avaliação do relator, essa finalidade deve ser preservada, mas não com o mesmo rigor, já que a estabilidade monetária alcançada permite novas oportunidades de investimentos públicos.

A matéria deverá ser analisada ainda pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa, seguindo depois para a Câmara dos Deputados se for aprovada.

Estados e municípios podem receber recursos do DPVAT

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) poderá analisar amanhã projeto que destina aos estados e aos municípios recursos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores Terrestres (DPVAT). Hoje, as seguradoras repassam à União 50% dos valores recolhidos com o seguro. A proposta em exame na CAE atribui à União apenas 15% desses recursos e divide os 35% restantes com os estados (15%) e os municípios (20%).

Conforme substitutivo apresentado pelo senador João Vicente Claudino (PTB-PI) ao projeto de lei (PLS 16/08) do senador Marconi Perillo (PSDB-GO), os recursos devem ser usados exclusivamente no custeio

da assistência médico-hospitalar de vítimas de acidentes de trânsito.

Gastos

Na defesa da proposta, Marconi argumenta que os gastos hospitalares com atendimento e tratamento das vítimas de acidentes de trânsito recaem, em sua maior parte, sobre estados e municípios que dispõem de unidades de saúde destinadas a urgência e emergência.

O autor da proposta observa que, para esses entes federativos, os recursos representariam contribuição importante ao provimento dos serviços, enquanto, na esfera da União, constituiriam apenas parcela do custeio da atividade.



Projeto de Marconi Perillo deve ser votado amanhã pela CAE

No ano de 2008, a arrecadação do seguro DPVAT foi de R\$ 4,646 bilhões, valor correspondente a 39,8 milhões de veículos segurados.

Petro-Sal pode entrar na pauta desta semana

O governo deve mesmo retirar o pedido de urgência constitucional para o PLC 16/10, que tranca a pauta do Plenário. Foi o que garantiu o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR). Com isso, o caminho pode ficar aberto nesta semana para a votação da proposta que cria a Petro-Sal: o PLC 309/09, que deve ter sua urgência novamente pedida, entrando assim na pauta do Plenário. O projeto estabelece que a nova estatal do petróleo será a responsável pela gerência dos contratos no novo regime de exploração das jazidas.

Já o PLC 16/10 trata do regime de distribuição do petróleo do pré-sal e da mudança na distribuição dos royalties. De acordo com Jucá, o projeto voltará a tramitar nas comissões.

A retirada da urgência se justifica pela aprovação do substitutivo ao PLC 7/10, que cria o Fundo Social. O texto, do próprio Jucá, inclui a mudança no regime de distribuição – da concessão para a partilha.

Além disso, na votação, emenda do senador Pedro Simon (PMDB-RS) alterou também as regras na distribuição dos royalties – estes seriam divididos entre todos os estados, cabendo à União o ressarcimento aos estados produtores.

De acordo com Jucá, a emenda deverá ser vetada pelo governo, daí a necessidade da permanência em pauta do PLC 16/10.

Conforme entendimento do Tribunal Superior Eleitoral, também estão impedidos de candidatar os condenados por órgão colegiado do Judiciário antes da sanção da nova legislação, que entrou em vigor no dia 7 deste mês



Pedro Simon afirma que medida acabará com impunidade no país



Arthur Virgílio consultou o tribunal se norma valeria nas eleições deste ano



Arnaldo Versiani: lei tem aplicação imediata e atinge a todos no momento do registro

Senadores elogiam decisão do TSE sobre alcance da Lei da Ficha Limpa

A LEI DA Ficha Limpa, que entrou em vigor no dia 7, impedirá, já nas eleições deste ano, o registro de candidatos condenados por órgão colegiado da Justiça antes da sanção. A decisão sobre o alcance do texto foi tomada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na quinta-feira e deve pôr fim à polêmica relacionada à lei, que amplia de três para oito anos o prazo de inelegibilidade para os condenados por crimes graves como improbidade administrativa, lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e participação em organização criminosa.

– Acho a decisão do TSE sensacional. Vocês vão ver, a partir de agora, como as coisas vão mudar. Terminou a impunidade no

Brasil – comemorou o senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Francisco Dornelles (PP-RJ) disse não ter ficado surpreso com a decisão do TSE. Ele foi autor de uma emenda ao projeto que substituiu a expressão “tenham sido condenados” por “que forem condenados” ao longo do texto, modificação que pôs em dúvida o alcance da lei.

– Desde o início, sempre afirmei que a mudança introduzida pelo Senado foi uma mudança de redação, que não alterava o mérito do projeto – disse Francisco Dornelles, ao explicar que sua intenção foi uniformizar o tempo verbal usado no projeto.

Logo após a lei entrar em vi-

gor, o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), apresentou consulta ao TSE indagando se a norma já valeria para as eleições de 2010. O tribunal entendeu que sim, porque a lei começou a vigorar antes do início do processo eleitoral.

Essa compreensão partiu do relator da consulta, ministro Hamilton Carvalhido, e só foi contestada pelo ministro Marco Aurélio Mello, para quem o processo eleitoral teve início com a realização das convenções partidárias.

Marco Aurélio também se manifestou contrariamente à consulta do deputado Ilderlei Cordeiro (PPS-AC) quanto à possibilidade de a Lei Complementar 135/10 impedir a candidatura de condenados por decisão colegiada da Justiça antes de sua vigência.

O relator da consulta, ministro Arnaldo Versiani, sustentou que a lei tem aplicação imediata e atinge a todos no momento da formalização do pedido de registro de candidatura junto à Justiça Eleitoral.

Indenização por ataque de felino a animais de rebanho

Proposta que prevê o pagamento de indenização ao produtor rural que comprovadamente tiver animais de seu rebanho abatidos em decorrência de ataques de felinos de médio e grande porte está na pauta da reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), prevista para esta quarta-feira.

Em seu relatório, o senador Neuto De Conto (PMDB-SC) propõe que o valor da indenização seja estipulado por meio de regulamentação e não poderá ultrapassar os preços de abate de cada animal morto, com exceção dos que forem matrizes ou reprodutores com registro de origem comprovado.

A proposta (PLS 348/09), do senador Raimundo Colombo (DEM-SC), prevê ainda que o produtor rural seja indenizado somente uma vez ao ano, não tendo direito aos recursos aqueles que tenham sido notificados, por órgão ambiental florestal, como responsáveis pela morte, captura ou abate de animais silvestres.

CCT vota norma para arrecadação do Fust

Apresentado pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES), projeto (PLS 297/07) que disciplina a arrecadação da contribuição devida ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), por empresas prestadoras de serviços do setor, deve ser votado na quarta-feira, em decisão terminativa, pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A proposta foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) com texto alternativo do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), e altera a lei que instituiu o Fust (Lei 9.998/00), determinando que seja arrecadada para o fundo a contribuição de 1% sobre a receita operacional bruta de cada mês civil, decorrente da prestação de serviços de telecomunicações nos regimes público e privado. O texto estabelece que a falta ou insuficiência do recolhimento implicará multa e juros estabelecidos pela legislação tributária.

Alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal participam de oficina de artesanato na exposição Miriti – arte da Amazônia, no Salão Branco do Congresso. A mostra, que poderá ser visitada até amanhã, reúne objetos decorativos e brinquedos feitos da palmeira miriti por artesãos de Abaetetuba (PA). Os estudantes tiveram a oportunidade de ver a confecção das peças e manipular a miriti.



Cotas raciais: comissão discute caso dos EUA

Menos de uma semana após a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial (PLS 213/03), o Senado, que excluiu do texto o sistema de cotas, volta a debater as políticas públicas de ação afirmativa.

Amanhã, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realiza audiência pública com o tema “As políticas de ação afirmativa e a transformação do ensino superior – a experiência norte-americana”. As ações afirmativas passaram a integrar as políticas de governo norte-americanas a partir dos anos 60.

Estão convidadas para debater o assunto a professora da Faculdade de Educação da Universidade do Texas (Austin, EUA) Patrícia Somers e a professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná Miriam Aparecida Graciano de Souza Pan.

A proposição da audiência pública foi dos senadores Flávio Arns (PSDB-PR) e Marco Maciel (DEM-PE).